



## Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

*José Fernando Cosentino Tavares  
Júlia Alves Marinho Rodrigues  
Márcia Rodrigues Moura*

AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO  
QUINTO BIMESTRE DE 2016  
(Versão Preliminar)

NOVO CENÁRIO ECONÔMICO-FISCAL  
2016-2017

IMPLICAÇÕES PARA O ORÇAMENTO DE  
2017/NOVO REGIME FISCAL

Nota Técnica Nº 84/16  
(25 de Novembro)

---

### CONTEÚDO

I – PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE A QUINTA AVALIAÇÃO DE 2016 .....	2
II – EFEITOS DA ALTERAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO-FISCAL .....	6
III – TABELAS ANEXAS.....	8

---

Endereço internet: <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/estruturaadm/conof>

E-mail: [conof@camara.gov](mailto:conof@camara.gov)

---

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

---

## I – PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE A QUINTA AVALIAÇÃO DE 2016

1. **Esforço fiscal.** O contingenciamento em 2016 foi suavizado gradativamente, primeiro pelo afrouxamento da meta primária<sup>1</sup>; depois, por receita extraordinária. De acordo com a última reprogramação, o déficit primário do setor público consolidado, de R\$ 163,9 bilhões na LDO, não será ultrapassado. No caso da União (orçamentos fiscal e da seguridade social e estatais federais), será de R\$ 166,7 bilhões, em lugar dos R\$ 170,5 bilhões (Tabela I e Tabela Anexa I). O déficit deve ser ainda menor, ao se confirmarem algumas hipóteses que apresentamos adiante.
2. **RERCT e contingenciamento.** Em 2016 a arrecadação de tributos sobre a regularização tributária de ativos mantidos no exterior (RERCT) assegurará o cumprimento da meta primária, com folga. Rendeu liquidamente R\$ 35,35 bilhões, segundo a 5ª Avaliação. Não tivesse existido o programa, despesas deveriam ser cortadas em R\$ 10,35 bilhões em relação à 5ª Avaliação. Em relação ao orçamento aprovado, o contingenciamento seria de R\$ 13,8 bilhões, sem considerar a necessidade do governo central de compensar a insuficiência de resultado das estatais federais e de estados e municípios (R\$ 3,8 bilhões). Despesas obrigatórias continuam sendo subestimadas no orçamento e têm crescido significativamente em relação à despesa total (ver Tabela Anexa II).
3. **Da 4ª para a 5ª Avaliação.** Entre as 2, as receitas brutas aumentam R\$ 27 bilhões; líquidas, R\$ 17,9 bilhões. Da 4ª para a 5ª Avaliação, a RERCT acrescentou isoladamente R\$ 30,67 bilhões líquidos à estimativa de receita. Despesas obrigatórias caem R\$ 2,1 bilhões. Foram empurradas para baixo pela queda nas estimativas de pagamentos de subsídios e de abono salarial e seguro desemprego<sup>2</sup>, somando R\$ 7,73 bilhões. Abriu-se espaço de R\$ 20 bilhões.
4. **Margem para maiores despesas em 2016.** Com a prometida compensação de insuficiência das metas de estatais e de governos regionais, totalizando R\$ 3,8 bilhões, resta margem de R\$ 16,18 bilhões, até quanto podem ser aumentadas as despesas do Executivo em relação à 4ª Avaliação. De acordo com declarações das autoridades, o aumento prioritariamente se daria em restos a pagar. O próximo decreto deverá esclarecer quanto ao uso dessa folga.
5. **Nova previsão de despesas.** Se gasta toda a margem, despesas totalizarão R\$ 1.237,8 bilhões e superarão o orçamento em R\$ 58,8 bilhões.

---

<sup>1</sup> O resultado primário a ser alcançado em 2016, exercício escolhido como base de projeção para o novo regime fiscal, foi sendo reduzido para se tornar compatível com a maior despesa primária de que se tem notícia (19,9% do PIB), sugerindo esforço imediato menor de ajuste, folga relativa nos primeiros anos de aplicação da nova regra fiscal e um tempo mais longo para se retornar ao equilíbrio. As sucessivas alterações na meta primária de 2016 e o crescimento da despesa primária que será congelada em termos reais na vigência do novo regime estão em parte descritos e comentados na Nota Técnica nº 75, desta Consultoria, acessível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos>.

<sup>2</sup> Ver parágrafos 52 e 58 da Nota nº 75, acessível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos>.



TABELA I

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2016**

**Evolução de Estimativas e Determinantes do Contingenciamento de Despesas Discricionárias**

Receitas, Despesas e Resultado Primário	Orçamento <sup>(1)</sup>	Aval 3º Bimestre (Dec 8.824)	Aval do 4º Bimestre (Dec 8.864)	Avaliação do 5º Bimestre	Diferenças entre		
					Aval 5º - Orçamento	Aval 5º - Aval 4º	
	R\$ milhões				% PIB	R\$ milhões	
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>1.433.456,6</b>	<b>1.257.208,6</b>	<b>1.260.309,7</b>	<b>1.287.275,4</b>	<b>20,69</b>	<b>-146.181,2</b>	<b>26.965,7</b>
<b>Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS</b>	<b>889.549,1</b>	<b>775.226,9</b>	<b>780.087,6</b>	<b>811.492,0</b>	<b>13,05</b>	<b>-78.057,1</b>	<b>31.404,4</b>
Imposto de Importação	46.530,8	30.506,1	31.013,1	30.251,1	0,49	-16.279,7	-762,0
IPI	56.174,6	43.369,3	43.042,2	42.082,5	0,68	-14.092,2	-959,8
Imposto sobre a Renda	350.569,7	311.614,1	314.931,8	335.199,0	5,39	-15.370,7	20.267,2
IOF	38.261,8	34.888,3	34.361,7	33.229,1	0,53	-5.032,7	-1.132,6
COFINS	227.862,9	208.957,6	207.810,8	204.307,7	3,28	-23.555,2	-3.503,1
PIS/PASEP	59.544,8	55.961,7	55.331,5	54.387,9	0,87	-5.156,8	-943,5
CSLL	65.975,4	67.072,8	67.877,4	67.769,0	1,09	1.793,6	-108,4
CPMF	12.740,0					-12.740,0	
CIDE-Combustíveis	5.737,1	5.987,0	5.912,4	5.945,0	0,10	207,9	32,7
Outras Administradas pela RFB	26.152,0	16.870,0	19.806,7	38.320,6	0,62	12.168,6	18.513,9
<b>Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>344.222,6</b>	<b>339.698,6</b>	<b>340.601,8</b>	<b>339.809,7</b>	<b>5,46</b>	<b>-4.412,9</b>	<b>-792,1</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>199.684,9</b>	<b>142.283,2</b>	<b>139.620,4</b>	<b>135.973,7</b>	<b>2,19</b>	<b>-63.711,2</b>	<b>-3.646,6</b>
Concessões e Permissões	28.507,0	22.800,0	22.800,0	21.776,6	0,35	-6.730,4	-1.023,4
Complemento do FGTS	4.774,2	5.272,1	5.311,2	5.263,4	0,08	489,2	-47,7
Cont. Plano de Seguridade do Servidor	13.471,3	12.657,6	12.550,0	12.462,7	0,20	-1.008,6	-87,3
Contribuição do Salário-Educação	19.717,4	19.526,5	19.619,2	19.502,4	0,31	-215,0	-116,8
Cota-Parte de Compensações Financeiras	33.033,3	24.292,5	24.141,8	22.767,8	0,37	-10.265,5	-1.374,0
Dividendos e Participações	16.224,8	4.941,8	3.126,0	2.640,9	0,04	-13.584,0	-485,1
Operações com Ativos	30.862,4	2.902,6	858,6	747,9	0,01	-30.114,5	-110,8
Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	15.643,7	14.694,7	15.491,9	14.830,7	0,24	-813,0	-661,1
Demais Receitas	37.450,7	35.195,3	35.721,6	35.981,3	0,58	-1.469,4	259,7
<b>TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS</b>	<b>232.336,0</b>	<b>206.124,6</b>	<b>207.087,1</b>	<b>216.178,7</b>	<b>3,48</b>	<b>-16.157,4</b>	<b>9.091,5</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.201.120,6</b>	<b>1.051.084,0</b>	<b>1.053.222,6</b>	<b>1.071.096,8</b>	<b>17,22</b>	<b>-130.023,8</b>	<b>17.874,1</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>1.178.968,5</b>	<b>1.221.580,0</b>	<b>1.223.718,6</b>	<b>1.237.792,8</b>	<b>19,90</b>	<b>58.824,3</b>	<b>14.074,1</b>
<b>Benefícios da Previdência</b>	<b>492.497,0</b>	<b>507.838,2</b>	<b>507.875,7</b>	<b>510.233,6</b>	<b>8,20</b>	<b>17.736,6</b>	<b>2.357,9</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>254.033,2</b>	<b>259.927,1</b>	<b>259.968,6</b>	<b>259.402,4</b>	<b>4,17</b>	<b>5.369,2</b>	<b>-566,2</b>
<b>Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>175.654,0</b>	<b>201.608,5</b>	<b>202.489,0</b>	<b>198.590,8</b>	<b>3,19</b>	<b>22.936,8</b>	<b>-3.898,3</b>
Abono e Seguro Desemprego	55.025,6	59.866,1	59.866,1	56.338,3	0,91	1.312,7	-3.527,7
Anistiados	242,9	251,0	251,0	210,0	0,00	-32,9	-41,1
Apoio Fin. Municípios/Estados		2.900,0	2.900,0	2.900,0	0,05	2.900,0	
Auxílio à CDE		315,2	315,2	315,2	0,01	315,2	
Benefícios de Legislação Especial	799,5	708,6	708,6	605,5	0,01	-194,1	-103,1
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	46.101,8	48.853,6	48.853,6	49.071,6	0,79	2.969,7	218,0
Complemento do FGTS	5.974,2	5.272,1	5.311,2	5.263,4	0,08	-710,8	-47,7
Créditos Extraordinários		6.568,3	7.358,3	7.323,7	0,12	7.323,7	-34,6
Despesas Custeadas com Convênios/Doações	878,5	1.308,8	1.352,2	1.245,7	0,02	367,2	-106,4
Fabricação de Cédulas e Moedas	800,0	800,0	800,0	800,0	0,01		
Fundef/Fundeb - Complementação	12.544,7	12.544,7	12.544,7	12.544,7	0,20		
Fundo Constitucional do DF	1.185,0	1.185,0	1.185,0	1.160,7	0,02	-24,3	-24,3
Fundos FDA, FDNE e FDCO	856,0	555,9	555,9			-856,0	-555,9
Legislativo/Judiciário/MPU	11.683,9	12.172,8	12.175,0	12.256,8	0,20	572,9	81,8
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.960,0	5.867,8	5.867,8	5.867,8	0,09	3.907,8	
Reserva de Contingência	99,5	1,4	1,4			-99,5	-1,4
Sentenças Judiciais e Precatórios de Outros Custeios e Capit	10.287,0	11.055,4	11.055,4	15.428,8	0,25	5.141,7	4.373,4
Subsídios, Subvenções e Proagro	26.888,9	30.284,4	30.284,4	26.084,4	0,42	-804,5	-4.200,0
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	224,9	294,4	298,3	292,7	0,00	67,8	-5,6
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	101,4	802,9	805,1	881,6	0,01	780,2	76,5
<b>Desp. Discricionárias+Sujeitas a Program. Executivo</b>	<b>256.784,4</b>	<b>252.206,3</b>	<b>253.385,3</b>	<b>269.566,1</b>	<b>4,33</b>	<b>12.781,7</b>	<b>16.180,8</b>
Despesas Obrigatórias sujeitas a Programação	124.572,1	124.828,7	125.015,7	125.015,7	2,01	443,6	
Base Contingenciável do Executivo	132.212,3	127.377,6	128.369,6	144.550,4	2,32	12.338,1	16.180,8
<i>Programa de Aceleração do Crescimento - PAC</i>	30.747,8	33.962,1	33.962,1	33.962,1	0,55	3.214,4	
<i>Emendas Individuais na Programação do Executivo</i>	9.044,2	7.786,9	7.854,6	8.047,3	0,13	-996,9	192,7
<i>Despesas Discricionárias/Base Contingenciável</i>	92.420,3	85.628,6	86.552,9	102.541,0	1,65	10.120,7	15.988,1
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>22.152,1</b>	<b>-170.496,0</b>	<b>-170.496,0</b>	<b>-166.696,0</b>	<b>-2,68</b>	<b>-188.848,1</b>	<b>3.800,0</b>
Resultado do Tesouro	170.426,5	-2.356,4	-3.222,1	3.727,9	0,06	-166.698,6	6.949,9
Resultado da Previdência Social antes da Compensação	-148.274,4	-168.139,6	-167.273,9	-170.423,9	-2,74	-22.149,5	-3.149,9
<b>Memorando</b>							
<b>Total das Despesas Obrigatórias</b>	<b>922.184,1</b>	<b>969.373,7</b>	<b>970.333,4</b>	<b>968.226,7</b>	<b>15,57</b>	<b>46.042,6</b>	<b>-2.106,6</b>
<b>Total das Despesas Obrigatórias do Executivo</b>	<b>910.500,2</b>	<b>957.200,9</b>	<b>958.158,4</b>	<b>955.969,9</b>	<b>15,37</b>	<b>45.469,7</b>	<b>-2.188,5</b>
<b>Compensação ao RGPS Desoneração Folha <sup>(2)</sup></b>	<b>18.489,5</b>	<b>18.901,8</b>	<b>18.485,3</b>	<b>18.485,3</b>	<b>0,30</b>	<b>-4,1</b>	
<b>Produto Interno Bruto (R\$ bilhões)</b>	<b>6.116,9</b>	<b>6.247,9</b>	<b>6.253,7</b>	<b>6.220,5</b>		<b>103,6</b>	<b>-33,2</b>

Fonte: SOF/MP. Avaliações citadas. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> No Orçamento o superávit é inferior ao previsto na LDO em R\$ 1,85 bilhão após corte nas despesas com compensação do RGPS sem redução equivalente da receita.

<sup>(2)</sup> Não incluída nas receitas e despesas acima. Valor da despesa na lei orçamentária: R\$ 16.640,5 milhões.

6. **Evolução das despesas entre 2015 e 2017.** Despesas totais em relação a 2015 (incluindo a discrepância estatística) crescerão R\$ 99,8 bilhões – ou 8,8%, em linha com variação do IPCA médio em 2016. Descontado de 2015 o pagamento determinado pelo TCU dos passivos em atraso referentes a exercícios anteriores, o crescimento é de R\$ 155,4 bilhões, ou de 14,4% – o aumento previsto do PIB nominal é de 5,4%. Despesas em 2017, considerando o aproveitamento de novas receitas da RERCT identificadas no Relatório da Receita, crescem R\$ 72,7 bilhões, ou pouco menos de 6%. A variação média do IPCA em 2017 está estimada em 4,95%; o PIB nominal, 8,5%.

7. **Pagamento de restos a pagar e investimentos.** Até 24 de novembro haviam sido pagos R\$ 93,8 bilhões de restos a pagar de despesas primárias, de um estoque de R\$ 153,1 bilhões, depurado via cancelamentos, pagamentos elevados e menores inscrições em 2015. Restos a pagar primários restantes são de R\$ 59,3 bilhões, concentrados nos Ministérios da Educação, Cidades e Saúde (R\$ 30,4 bilhões, somados). No Ministério da Defesa restos a pagar são de R\$ 1,9 bilhão, mas há despesas altas de investimento do próprio exercício, de R\$ 4,6 bilhões, a serem executadas, dependendo de liquidação. É duvidoso que o Executivo consiga pagar R\$ 16,2 bilhões desse rol de despesas.

8. **Limite de pagamento de despesas primárias em 2017.** Os resultados da 5ª Avaliação, a natureza das despesas obrigatórias que aumentaram e as decisões quanto ao uso dos recursos anunciadas na apresentação do Ministro do Planejamento permite prever o aumento das despesas primárias sujeitas ao limite do novo regime fiscal em 2017 para entre R\$ 1.279 bilhões (abaixo, portanto, do que constou da Mensagem que encaminhou a proposta) e R\$ 1.295,5 bilhões (Tabela II).

9. **Hipóteses sobre os ajustes da 5ª Avaliação nas estimativas dos limites.**

(a) Não havendo despesas inscritas em restos a pagar passíveis de liquidação em montante suficiente, poder-se-ia promover uma quarta rodada de capitalização da Eletrobras, até o limite do saldo da dotação correspondente (acréscimo de R\$ 2,76 bilhões). Despesa com aumento de capital de estatal é excluída do cálculo do limite; (b) a decisão liminar do STF determinando depósito judicial de valor correspondente ao que deveria partilhar da receita de multa sobre valores regularizados foi superada por negociação recém-anunciada entre União e estados. Caracterizada a entrega de R\$ 5 bilhões como transferência constitucional em lugar de precatório, estaria excluída do cálculo do limite; descaracterizada, tratar-se-ia de auxílio financeiro, presumivelmente viabilizado por meio de crédito extraordinário, igualmente excluído da base de correção; (c) Municípios devem receber, por isonomia, idêntico tratamento, caracterizando transferência de R\$ 5,7 bilhões que não está prevista na 5ª Avaliação; e (d) confirmou-se que auxílio financeiro de R\$ 1,95 bilhão pago em 3 parcelas a partir de abril decorreu de abertura de crédito extraordinário, ainda que houvesse restos a pagar inscritos em mesmo montante.

TABELA II

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

PROJEÇÃO DO LIMITE PARA DESPESAS PRIMÁRIAS EM 2017 CONFORME A AVALIAÇÃO BIMESTRAL

Discriminação	2016			
	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	
			Avaliação	Ajustado <sup>(1)</sup>
I - Resultado Primário da União	(170.496,0)	(170.496,0)	(166.696,0)	(166.696,0)
II - Receitas Primárias sem Reserva para Compensação do INSS	1.257.208,6	1.260.309,7	1.287.275,4	1.287.275,4
III - Transferência Intraorçamentária para Compensação do INSS	18.901,8	18.485,3	18.485,3	18.486,3
IV - Receitas Primárias com Reserva para Compensação do INSS	1.276.110,4	1.278.795,1	1.305.760,8	1.305.760,8
V - Despesas Primárias com Ajuste para Compensação do INSS (IV - I)	1.446.606,4	1.449.291,1	1.472.456,8	1.472.456,8
VI - Transferências por Repartição de Receita - Caixa Ajustado	206.124,6	207.087,1	216.178,7	226.949,1
VII - Despesas Primárias Excluídas Transferências (I+II+III)	1.240.481,8	1.242.204,0	1.256.278,1	1.245.507,7
VIII - Exclusões/Inclusões	45.422,6	46.301,2	47.742,8	52.451,8
IV.1. Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	12.018,2	12.018,2	12.018,2	12.018,2
IV.2. Créditos Extraordinários	9.468,3	10.258,3	10.223,7	12.173,7
IV.3. Pleitos Eleitorais	918,2	918,2	918,2	918,2
IV.4. Fundeb	12.544,7	12.544,7	12.544,7	12.544,7
IV.4. Outras Transferências	6.369,5	6.414,5	6.437,7	6.437,7
IV.6. Aumento de Capital de Estatais	4.103,7	4.147,4	5.600,3	8.359,3
IX - Base para Projeção do Limite para as Despesas Primárias de 2017 (VII - VIII)	1.195.059,3	1.195.902,7	1.208.535,3	1.193.055,9
X - Correção (LDO/PEC 55)	7,2%	7,2%	7,2%	7,2%
XI - Teto Financeiro para Despesas Primárias (IX*X)	1.281.103,5	1.282.007,7	1.295.549,9	1.278.955,9
Memo:				
Limite Financeiro para Despesas sujeitas ao Teto no PLOA 2017	1.279.961,4	1.279.961,4	1.279.961,4	1.279.962,4

Fonte: PL 18/16-CN, PEC 55/PLDO 2017 (parecer da CMO) e relatórios de avaliação bimestrais. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> (a) considera R\$ 10,77 bilhões de transferências a estados e municípios da parte da multa sobre regularização de ativos, reduzindo precatórios em R\$ 5 bilhões; (b) inclui em créditos extraordinários o referente a fomento à exportação (MP 721/16); (c) admite que parte do espaço restante seja usado para capitalizar a Eletrobras, no limite do autorizado.

10. **Déficit menor.** Receitas e despesas parecem corretamente estimadas. O déficit pode ser menor em razão de, combinadamente: (a) não haver restos a pagar passíveis de liquidação em montante suficiente; (b) a repartição da multa do RERCT com estados e municípios nos percentuais do FPE e FPM não beneficiaria estados e municípios na proporção de suas crises financeiras, melhorando o resultado primário do conjunto. Por exemplo, de R\$ 5 bilhões, o Estado do Rio de Janeiro receberá R\$ 80 milhões, o do Rio Grande do Sul, R\$ 115 milhões; o do Distrito Federal, R\$ 34,5 milhões. O Município de São Paulo, de R\$ 5,7 bilhões receberia R\$ 17 milhões.

11. **Reestimativa da receita administrada na 5ª Avaliação.** Receitas administradas crescem R\$ 31,4 bilhões da 4ª para a 5ª Avaliação; descontada a RERCT, seria queda de R\$ 9,2 bilhões. A reestimativa é cautelosa e não se resumiu a incorporar a frustração ocorrida em setembro e outubro. A previsão para os meses de novembro e dezembro cai em R\$ 3,9 bilhões. De março a setembro a receita administrada frustrou-se em média R\$ 2,85 bilhões ao mês, e em outubro, R\$ 1,45 bilhão.

12. **Principais receitas em queda.** Dentre as administradas, a estimativa para 2016 da receita da Cofins cai R\$ 3,5 bilhões, para 3,3% do PIB, entre a 4ª e a 5ª Avaliação, assimilando o resultado da queda do ritmo da atividade econômica em setores de alta arrecadação. Quanto às demais receitas, são notáveis as quedas de concessões e de *royalties*, de respectivamente R\$ 1 bilhão (coincidentemente, valor do pagamento em atraso da outorga do aeroporto do Galeão) e R\$ 1,4 bilhão.

## II – EFEITOS DA ALTERAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO-FISCAL

13. **Menor receita em 2016.** As receitas, descontada a RERCT, serão R\$ 16,8 bilhões abaixo da previsão da 3ª Avaliação. A arrecadação administrada, em particular, estimada na 3ª Avaliação, foi base para a previsão da receita da RFB em 2017. A frustração, excetuada a RERCT, será de R\$ 10,6 bilhões, relativamente pequena.

14. **Revisão dos parâmetros.** Foram atualizadas em 10 de novembro e encaminhadas ao Congresso em 22 de novembro as hipóteses de comportamento de um grupo de variáveis econômicas para 2016 e 2017. Os indicadores mais importantes estão resumidos na Tabela III, abaixo, junto com valores de avaliações anteriores e as expectativas levantadas pelo Banco Central junto aos analistas de mercado em 18 de novembro.

TABELA III  
INDICADORES E PARÂMETROS ECONÔMICO-FISCAIS, 2015-2017

Parâmetros	2015	2016					2017		
	Real	LOA	Aval 3º Bimestre	Aval 4º Bimestre	Aval 5º Bimestre	Consenso Focus 18/11	PLQA 2017	Ofício 62/2016-MP	Consenso Focus 18/11
PIB - Crescimento real (%)	(3,85)	(1,88)	(3,10)	(3,00)	(3,49)	(3,40)	1,60	1,00	1,00
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.904,3	6.116,9	6.247,9	6.253,7	6.220,5	...	6.821,9	6.747,6	...
IPCA acumulado (%)	10,67	6,47	7,20	7,20	6,80	6,80	4,80	4,70	4,93
IPCA médio (%)	9,03	...	...	...	8,81	...	5,35	4,95	...
IGP-DI acumulado (%)	10,70	6,00	8,61	7,74	7,30	6,88	5,55	5,90	5,17
Taxa Over - Selic média (%)	13,27	13,99	13,99	14,07	14,01	14,16	12,11	11,65	11,67
Selic - fim de período (% a.a.)	14,25	13,25	...	...	13,50	13,75	11,00	10,75	10,75
Câmbio - Taxa média (R\$/US\$)	3,33	4,09	3,53	3,47	3,46	3,45	3,43	3,40	3,36
Câmbio fim (R\$/US\$)	3,90	4,19	...	...	3,20	3,30	3,50	3,58	3,40
Petróleo - Preço médio (US\$/barril)	86,02	52,16	45,17	43,99	44,16	...	46,84	51,15	...
Salário Mínimo (R\$ 1,00)	788	880	880	880	880	880	945,8	945,74	...

Fonte: Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias do 3º, 4º e 5º bimestres de 2016, SOF/MP e STN/MF. Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

15. **Produto Interno Bruto.** Foram admitidos oficialmente queda ainda maior do PIB para este ano, de 3,5%, e menor crescimento, de 1%, em 2017.<sup>3</sup> Essas taxas estão em sintonia com as análises do mercado e a tendência dos indicadores de confiança. O projeto de LDO para 2017 previa 1,2%, mas o projeto de lei orçamentária foi mais otimista: 1,6% de crescimento, o que permitiu o envio da proposta com meta de déficit de R\$ 139 bilhões sem que estivesse concomitantemente previsto qualquer novo tributo. Esforço fiscal e reestimativas cobriram a falta, sendo que as reestimativas de receitas administradas claramente dependiam da mudança de patamar do crescimento e do sucesso na venda de ativos e nas concessões (Tabela IV).<sup>4</sup>

<sup>3</sup> O IBGE em 30 de novembro divulgará o crescimento do PIB no 3º trimestre de 2016.

<sup>4</sup> Em junho, o governo informou que, para cumprir a meta fiscal de 2017, teria que fazer um “esforço arrecadatório” de R\$ 55,4 bilhões. Posteriormente, na apresentação do projeto de lei orçamentária para 2017, foi dito que o aumento das receitas administradas no PLOA 2017, em relação ao projeto de LDO, era resultado da

TABELA IV  
CENÁRIO FISCAL/REVISÃO DA META/PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2017  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

	R\$ bilhões	% PIB
Receita Primária	1.357,0	20,0
(-) Transferências por Repartição de Receitas	229,8	3,4
(-) Despesas Primárias	1.321,6	19,5
Resultado Primário	(194,4)	(2,9)
(+) Esforço Fiscal/Reestimativas	55,4	0,8
Receitas Administradas	26,0	...
Receitas de Concessões e Permissões	18,4	...
Redução de Despesas	5,7	...
Demais	5,3	...
<i>Proposta Orçamentária:</i>		
Meta Primária do Governo Central	(139,0)	(2,0)

Fonte: Apresentação do Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, no Palácio do Planalto, Brasília/DF 07.07.2016, e apresentação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 pelo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles em 31 de agosto de 2016. Elaboração dos autores.

16. **Inflação.** Os preços também conspiram contra a arrecadação. Espera-se, para este ano, inflação inferior à prevista no projeto de lei orçamentária para 2017: caiu de 7,2% para 6,8%. No ano até outubro, o IPCA acumula alta de 5,8%, e em 12 meses, 7,9%. A prévia do IPCA, o IPCA-15 também surpreendeu positivamente, e avançou apenas 0,26% em novembro, o menor índice para o mês desde 2007. Para 2017, a atualização dos parâmetros aponta para pequena queda do índice. A inflação do IGP-DI nas novas previsões recua em 2016, de 8,6% para 7,3%, mas aumenta em 2017, de 5,5% no projeto de lei orçamentária, para 5,9% na atualização. O mercado, em relação ao governo, acredita em mais IPCA e menos IGP-DI.

17. **Selic.** A taxa Selic esperada pelo Executivo para o fim de 2016 está em 13,5%. Na última reunião do Copom (outubro), a taxa foi reduzida em 0,25 p.p, para 14% ao ano. Havendo apenas mais uma reunião neste ano, a expectativa do Governo é de uma redução de 0,5 p.p. O mercado espera que a Selic encerre o ano em 13,75%. Para 2017, área econômica e mercado concordam com 10,75% em dezembro.

18. **Câmbio.** O câmbio não se alterou, estando com cotação média prevista de R\$ 3,47 em 2016. Nas últimas semanas houve aumento da volatilidade, fruto das possíveis mudanças na economia americana. Para lidar com esse cenário, o Banco Central tem intervindo para segurar a alta forte do dólar. Para o fim de 2017, o câmbio também permaneceu em torno de R\$ 3,40.

recuperação do crescimento, “considerando as correlações e elasticidades históricas”. A arrecadação crescerá como percentual do PIB quando a economia também cresce, e a receita passaria de 12,4% para 12,7% do PIB. No aumento de R\$ 26 bilhões no total das receitas administradas estavam incluídos R\$ 11,8 bilhões de arrecadação decorrente da venda de ativos (Caixa Seguridade, Loteria Instantânea, BR Distribuidora, IRB e venda de ações). Para compor o valor, além de receitas tributárias, o governo estimava arrecadar R\$ 18,4 bilhões em concessões e permissões e reduzir R\$ 5,3 bilhões em despesas, além de arrecadar R\$ 5,7 bilhões em outras receitas.



III – TABELAS ANEXAS

TABELA A-I  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
DETERMINANTES DO CONTINGENCIAMENTO DO EXECUTIVO ATÉ A 5ª AVALIAÇÃO, 2016  
(R\$ milhões)

	Lei <sup>(1)</sup>	Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas							Variação Total	Diferença para o Orçamento
		Fevereiro <sup>(2)</sup>	1º bim	2º bim	Maio	3º bim	4º bim	5º bim		
Variação em Relação à Programação Anterior										
Receita Primária Total	1.433.456,5	(16.608,5)	(24.338,1)	(124.527,1)	0,0	(10.774,3)	3.101,1	26.965,7	1.287.275,3	(146.181,2)
Transferências/Repartição de Receita (-)	232.336,0	(2.955,8)	(4.099,0)	(16.248,8)	0,0	(2.907,8)	962,5	9.091,5	216.178,6	(16.157,4)
Receita Líquida de Transferências	1.201.120,5	(13.652,7)	(20.239,1)	(108.278,3)	0,0	(7.866,5)	2.138,6	17.874,1	1.071.096,6	(130.023,9)
Despesa Primária Total	1.178.968,5	(15.500,7)	(20.241,4)	29.611,4	56.608,8	(7.866,5)	2.138,6	14.074,1	1.237.792,8	58.824,3
Despesas Obrigatórias <sup>(3)</sup> (-)	922.084,6	8.006,4	967,5	29.611,4	99,3	8.603,2	959,6	(2.105,2)	968.226,7	46.142,1
Desp. Discricionárias/Contingenciamento (-) <sup>(4)</sup>	256.883,9	(23.507,0)	(21.208,9)	0,0	56.509,5	(16.469,7)	1.179,0	16.179,4	269.566,1	12.682,2
d/q Reserva Primária	0,0	0,0	0,0	0,0	18.100,0	(16.469,7)	1.179,0	(2.809,3)	(0,0)	(0,0)
Superávit ou Déficit (-)	22.152,0	1.848,0	2,4	(137.889,7)	(56.608,8)	0,0	(0,0)	3.800,0	(166.696,2)	(188.848,2)
<b>Memorando:</b>										
Reserva p/ Compensação ao RGPS	18.489,5	0,0	0,0	412,3	0,0	0,0	(416,4)	0,0	18.485,4	(4,1)
Superávit Aumulado	22.152,0	24.000,0	24.002,4	(113.887,3)	(170.496,2)	(170.496,1)	(170.496,2)	(166.696,2)	(166.696,2)	(188.848,2)

Fonte: Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias; SOF; STN. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> No Orçamento o superávit é inferior ao previsto na LDO em R\$ 1,85 bilhão após corte nas despesas com compensação do RGPS sem redução equivalente da receita.

<sup>(2)</sup> Contingenciamento adicional supera soma algébrica de queda de receitas líquidas e aumento de despesas obrigatórias para recompor superávit.

<sup>(3)</sup> Inclui despesas dos demais Poderes. Inclui créditos extraordinários. Em fevereiro e no 1º bimestre inclui parcela negativa de R\$ 12 bilhões relativa a fundo de precatórios.

<sup>(4)</sup> Inclui obrigatórias sujeitas a programação financeira, nos termos dos decretos.



TABELA A-II  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
DESPESAS PRIMÁRIAS EXCETO TRANSFERÊNCIAS, 2011-2017

	Em % do PIB											
	2011	2012	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>		2016		2017	Diferenças		
					Total	Total Ajustado	4ª Aval	5ª Aval		2016 5ª Aval / 2015 (Ajustado)	2016 5ª Aval / 2011	2017/ 2016 5ª Aval
Despesas Primárias	16,79	16,88	17,14	17,97	19,19	18,25	19,57	19,90	19,06	1,65	3,11	(0,84)
Pessoal	4,15	3,92	3,86	3,91	4,14	4,14	4,16	4,17	4,16	0,03	0,02	(0,01)
Benefícios Previdenciários	6,43	6,59	6,72	6,93	7,39	7,39	8,12	8,20	8,24	0,82	1,77	0,04
Demais Desp Vinc. ao Sal. Mínimo	1,35	1,42	1,46	1,63	1,52	1,52	1,74	1,69	1,59	0,17	0,34	(0,11)
Outras Obrigatórias	0,94	0,86	0,95	0,95	2,05	1,26	1,60	1,50	1,21	0,24	0,55	(0,29)
Despesas Discricionárias <sup>(2)</sup>	3,91	4,09	4,15	4,56	4,09	3,94	4,05	4,33	3,86	0,40	0,42	(0,48)

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; Tesouro Nacional; e Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Ajuste consiste na dedução de valores em atraso devidos até 2014, pagos em 2015 por determinação do TCU.

<sup>(2)</sup> Inclui despesas obrigatórias com controle de fluxo de pagamentos, tais como bolsa família, auxílios a servidores e gastos com ações e serviços de saúde.